

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15753 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

A POLITIZAÇÃO NA FORMAÇÃO CONTINUADA NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
TECITURAS DE UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Sicrune Bohn - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Catarinense_Campus Camboriú

Sonia Regina de Souza Fernandes - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Catarinense_Campus Camboriú

A POLITIZAÇÃO NA FORMAÇÃO CONTINUADA NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL: TECITURAS DE UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Resumo

Este resumo expandido é resultado de um estudo realizado no contexto das investigações desenvolvidas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Processos Educativos - GEPEFOPPE, sediado no Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. Objetiva teorizar sobre a formação continuada a partir das formulações elaboradas na relação do Estado do Conhecimento com as contribuições teóricas da pesquisa bibliográfica. As ferramentas metodológicas de Morosini (2021) sob a perspectiva ontológica de Gramsci (1978, 1980, 1982), fundamentam os caminhos que levam a uma construção de categorias/unidades de sentido no contexto da formação continuada para as/os professoras/es da educação infantil na forma como ela é compreendida por estes profissionais. Os resultados indicam os processos educacionais como ferramenta de consolidação da ideologia que assegura aos grupos detentores do poder social a manutenção de seus privilégios, e que em alguma medida foram explorados ao longo desse trabalho para a compreensão destes mecanismos. Deste modo, é fundamental apontar, que as possibilidades de repensar aspectos da formação continuada – notadamente em relação à dimensão politizadora – devem assentar-se no contexto do trabalho pedagógico, no entanto, sem perder a conexão com as esferas externas e maiores – conjuntura e estrutura – que a influenciam, próprio do movimento dialético. Aponta-se, sobretudo, para um movimento orgânico de ressignificação de conceitos pedagógicos e reestruturação das políticas de formação de professores por meio das avaliações de larga escala e difusão da responsabilização docente.

Palavras-chave: Educação Infantil. Programas de Formação Continuada. Formação Politizadora. Discurso sobre a Formação Continuada.

Introdução

A escolha do aspecto da formação continuada explorado no Estado do Conhecimento para este trabalho diz respeito à natureza potencialmente emancipadora dessa política e determina as escolhas na sistematização dos dados investigados. A compreensão da formação

continuada enquanto direito da comunidade escolar contempla uma formação permanente no campo científico, cultural e político, concebendo esse processo para além da abordagem didático-pedagógica no sentido de se ampliar para um debate de sociedade (Kramer, 2008). Nesse sentido, partindo do objetivo proposto por esse estudo, pode-se concluir, pela análise dos dados obtidos no EC, que a realidade recente tem criado uma lacuna crescente entre formação docente e formação política. No mesmo sentido, Kramer, (2008, p. 217) afirma: “O campo das políticas direcionadas à infância tem tido avanços, retrocessos e impasses, ganhando muitas vezes no discurso e perdendo nas ações concretas”.

Essa constatação cria um dissenso entre o movimento que originou as creches – legitimamente político – e a consolidação do conhecimento dentro dessas instituições, dando indícios de desconhecer sua própria história pelo papel social que representam na emancipação profissional das mulheres que [...] “inevitavelmente, nas condições materiais contemporâneas são obrigadas a conciliar trabalho e família, em duplas ou mais jornadas, considerando a ainda perversa invisibilidade do trabalho doméstico” (Silva, 2018, p. 147).

A partir da realização do EC e identificação das unidades de sentido – Programas de Formação Continuada de Professores; Desestrutura na Operacionalização e Execução das FC; e; Presença do Discurso Mercadológico na FC – construídas no agrupamento ou blocos das pesquisas selecionadas na etapa do Estado do Conhecimento denominada de Bibliografia Categorizada – é possível indicar que a formação continuada enquanto política pública de formação docente vem enfrentando problemas para oferecer e consolidar uma identidade da formação continuada nas instituições de educação infantil.

Tecendo os Elementos da Construção de Unidades de Sentido

Ao desenvolver uma investigação embasada nos pressupostos de Morosini *et al* (2021) para realizar um EC na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e estabelecer um corpus de análise de 50 trabalhos entre 191 encontrados e analisá-los com bases conceituais gramscianas; foi possível elucidar elementos constituidores das condições em que se propõem as formações continuadas oferecidas nas instituições de educação infantil. A classificação dos trabalhos pelas unidades de sentido identificadas remetem a esses elementos.

A concepção da primeira unidade de sentido, “Programas de Formação Continuada de Professores” diz respeito a projetos de formação continuada que apareceram com bastante

frequência nas pesquisas dos trabalhos selecionados, desde projetos municipais no contexto da música, da arte e da sustentabilidade até projetos de âmbito nacional como o Pnaic. Para além da identificação dessa temática de interesse por parte dos pesquisadores, as contribuições dos autores que dão sustentação teórica para essa investigação chamam a atenção para o perfil de formações continuadas que vêm se desenhando nas redes a partir das orientações de grupos econômicos (Laval, 2004).

“Desestrutura na Operacionalização e Execução das FC” é a unidade de sentido concebida a partir da identificação da carência das condições estruturais para a efetivação da formação continuada de forma bastante recorrente na fala dos professores participantes das pesquisas selecionadas e, de acordo com a teoria crítica ao neoliberalismo, quanto à negligência na execução das formações de professores fazer parte de um quadro de desmonte gradual das políticas sociais transformando direito a educação em mercadoria na medida em que se abrem espaços para assessoramentos pedagógicos privados nos equipamentos públicos e outras modalidades de privatização (Shiroma, 2018; Campos, 2008). “Entendemos que uma política nacional se caracteriza por ter diretrizes, recursos e dados e consideramos que no Brasil não existe uma política nacional para a educação infantil, nem de formação de seus profissionais” (Kramer, 2008, p. 226).

“Presença do Discurso Mercadológico na FC” é resultado das reflexões sobre o conceito de hegemonia e sobre o papel do intelectual orgânico na manutenção ou no tensionamento de um determinado tipo de consciência a partir do seu lugar de influenciador nos equipamentos do Estado em consonância com os movimentos de intervenção do capital na concepção das políticas e, de maneira bem acentuada, nas diretrizes governamentais para a formação de professores e na produção de "ciência" como mecanismo de conformação social (Neves, 2005, 2008; Gramsci, 1978, 1980, 1982). O tal discurso mercadológico e seus mecanismos de convencimento, no campo educacional, se apoia fortemente no conceito de avaliação de larga escala. As três (03) pesquisas entre cinquenta (50) que analisam essa questão trazem contribuições relevantes para a temática aqui abordada.

Campos et al. (2019) apontam para o dissenso entre a crescente importância dada à formação continuada docente para a implementação de políticas curriculares, e à falta de políticas públicas articuladas para esse fim. Nesse sentido, a BNCC, com uma concepção de educação pública muito específica torna-se norte condutor em todos os processos – desde propostas pedagógicas até formação de professores – articulando todas as esferas governamentais, em especial no alinhamento dos currículos e avaliações padronizadas.

Nesse contexto, a educação infantil é alvo de muitas ações no quesito produção de

materiais, além da disponibilização gratuita de formações para disseminar de forma simplificada o conceito de campos de experiências. Um destes cursos está disponibilizado no sítio da Revista Nova Escola, sendo oferecido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Singularidades e Movimento pela Base (Campos et al., 2019, p. 178). Tais mecanismos são estruturados de forma a não levar em consideração o acúmulo de experiência e o conhecimento do contexto dos docentes envolvidos.

Desqualificar o trabalho docente, embora necessário a esse projeto, não é suficiente para inculcar valores empresariais na concepção da educação, como nos lembra Evangelista e Shiroma (2007), no entanto, cumpre papel fundamental ao lado das reformas instituídas em cada uma das esferas da atividade docente, do currículo à gestão. Por outro lado, a chamada profissionalização docente a que Laval (2004) define atualmente como “atitudes” e “socialização” na lógica empresarial – tira do trabalhador a possibilidade de ser protagonista de sua formação cuja mola propulsora é a leitura da realidade a partir do seu contexto de trabalho para torná-lo alvo de dinâmicas que buscam a adaptação ao mercado sob o discurso de modernização e democratização. “Mas ela constitui sobretudo uma reabilitação da empresa, quando não estigmatiza a educação pública.” (Laval, 2004, p. 65-66).

Trata-se de ressignificar a teoria do capital humano reafirmado como uma busca pela autoqualificação dentro de um contexto de valorização de habilidades e competências, ou seja, uma qualificação de caráter produtivista que, de acordo com Neves (2008, p. 67- 68): “[...] ao supervalorizar o saber da experiência vivida e subdimensionar o conhecimento teórico e historicamente produzido, subtrai da formação humana ferramentas indispensáveis para o pensar e o agir autônomos”.

Considerações finais

Como indica Kramer (2011) formar um professor pressupõe dimensões para além da didática/pedagógica, como a cultural e política. Entende-se que a instituição do conhecimento sequenciado e alheio aos aspectos transversalizados no desenvolvimento de uma criança pequena, cria a ideia de que esse trabalho não tem uma dimensão intelectual e, portanto, a formação superior é dispensável “[...] mantendo-se, ademais, a formação continuada como apenas atualização pragmática, centrada no ‘como fazer’, isto é, em uma ótica puramente instrumental (Barbosa, et al., 2019, p. 86).

Para materializar essa perspectiva, descentraliza-se intensamente várias instâncias do

funcionamento da instituição educativa, criando-se uma atmosfera de gestão democrática, enquanto, ocorre “[...] de outra parte, certa centralização dos objetivos, dos programas, das prescrições metodológicas e dos exames. Qual é o sentido exato dessa evolução paradoxal?” (Laval, 2004, p. 225).

O papel do discurso nas conformações ideológicas são fundamentais nos processos de conformação social e portanto, na instituição das reformas estruturais nos setores sociais (Evangelista; Shiroma, 2007). Além disso, assumir uma posição de questionamento dos vocábulos adotados pelos governos é tarefa difícil, não somente pela necessidade de apontar as contradições entre o dito e executado, como por exigir lidar com as mudanças de significado que os termos-chave podem ter e suas concepções pelo senso comum, tornando-os mais acessíveis afetivamente para quem ouve. Ocorre recorrentemente com os termos autonomia – do aluno – e protagonismo – do professor (Shiroma; Evangelista, 2015).

Falas nesse sentido aparecem no EC no sentido da defesa de uma formação que aborda situações práticas do cotidiano infantil. Tanto na literatura quanto nos dados obtidos na construção do EC, os termos mais presentes no discurso do consenso têm significados múltiplos e estão longe de ser expressões puras de ideologias ou neutras.

Referências

BARBOSA Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Ap. Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019.

CAMPOS, Maria Malta. Educar crianças pequenas: em busca de um novo perfil de professor. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 121-131, jan./dez. 2008.

CAMPOS, Roselane de Fátima; DURLI, Zenilde; CAMPOS, Rosânia. BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 169-185, jan./mai. 2019.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007.

FIGUEIREDO, Fabiana; MICARELLO, Hilda; BARBOSA, Silvia Neli. Autonomia de professores da educação infantil: “a coisa vira, e o professor se vira”. In: KRAMER, Sônia (Org). **Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4 ed. Rio de Janeiro, 1982. BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo da educação básica 2021: resumo técnico [recurso eletrônico]– Brasília : Inep, 2022. 70 p. : il.

KRAMER, Sônia. A título de conclusão: formação de professores, a necessidade de democratização da educação infantil In KRAMER, Sônia (Org). **Profissionais da educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2008.

KRAMER, Sônia. Formação dos profissionais de educação infantil: questões e tensões In: MACHADO, Maria Lúcia de A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAVAL, Christian. **Escola não é empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: Teoria e prática**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova pedagogia da hegemonia In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Editora Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Revista Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago., 2018.

SILVA, Isabel de Oliveira e. A profissionalização do professor da educação infantil: questão sobre a formação dos profissionais que estão em serviço In: MACHADO, Maria Lúcia de A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Abádia. Prefácio In: LIBÂNIO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra Madeira. (Orgs). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: Uma qualidade restrita de educação escolar**. 1 ed. Goiânia, Editora Espaço Acadêmico, 2018.